

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 707.124 - SC (2015/0104622-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
AGRAVADO : EURO TRANSPORTES E REPRESENTACAO LTDA - ME
AGRAVADO : CLAUDIO ANTONIO VOLTOLINI
ADVOGADO : RICARDO KLINTWORT - SC033994

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão do TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ fl. 353):

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL.

Mantida a sentença que julgou procedentes os embargos à execução para reconhecer a inexigibilidade de cobrança de TCFA, em razão do ramo de atividade da empresa executada.

Os embargos de declaração foram parcialmente acolhidos "tão somente para fins de prequestionamento" (e-STJ fls. 376/379).

No recurso especial, inicialmente, a parte recorrente alega violação do art. 535 do CPC/1973, ao argumento de omissão do acórdão dos aclaratórios acerca do (e-STJ fl. 394):

[...] art.17, II, da Lei 6938/81 e quanto ao parágrafo 1º do artigo 17-C da Lei nº 6938/81, segundo o qual, cabe ao administrado manter seu cadastro atualizado junto ao IBAMA, informando as atividades exercidas. Não houve pronunciamento quanto à alegação de que a parte executada/embargante não logrou êxito em demonstrar que se desincumbiu da obrigação contida no parágrafo 1º do artigo 17-C da Lei nº 6938/81, de manter seu cadastro atualizado junto ao Ibama, informando as atividades exercidas.

[...]

No que concerne à questão central do recurso, o recorrente tem por violados os arts. 17, II, e 17-C, § 1º, da Lei 6.938/1981. Sobre a questão, argumenta (e-STJ fls. 394/396):

O v. acórdão merece reforma, porque considera-se que o lançamento tributário é válido quando o administrado não manteve seu cadastro atualizado junto ao IBAMA. Verifica-se que o v. acórdão ora recorrido contrariou o disposto no art. 17, II, e art. 17-C, par. 1º, da Lei 6938/81, os quais estabelecem:

[...]

De acordo com a Lei 6938/81, o sujeito passivo da TCFA é obrigado a entregar até o dia 31 de março de cada ano, relatório das atividades exercidas no ano anterior, cujo modelo é definido pelo IBAMA, para o fim de colaborar com os procedimentos de controle e fiscalização.

Nesse sentido, a Lei nº 6.938/1981 estabelece que o Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras dos Recursos Ambientais – CTF é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Além disso, determina que o Cadastro Técnico Federal de

Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, sob a administração do IBAMA, é de registro obrigatório a pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Com base nas Informações prestadas pelo sujeito passivo no Cadastro Técnico Federal - CTF e no relatório anual das atividades exercidas no ano anterior, entregue à Autarquia Federal até 31 de março de cada ano, é que o IBAMA obtém os dados necessários para cobrança da TCFA.

Salienta-se que o sujeito obrigado ao cadastramento no CTF fará seu registro segundo a atividade que declarar exercer, bem como segundo o seu rendimento anual, devendo ainda informar o porte da empresa. Uma vez efetivado o preenchimento de dados no CTF o requerente obterá um certificado de regularidade. Em seguida, constatando, com base nos dados informados pela empresa, que a atividade desenvolvida encontra-se sujeita à cobrança de TCFA, este tributo deverá ser cobrado/pago, nos termos do preenchimento.

Destaca-se, por fazer parte do contexto jurídico, o disposto no art.13, par. 1º, da Instrução Normativa IBAMA 96/2006, segundo a qual, a pessoa jurídica que encerrar suas atividades deve informar no sistema o motivo do cancelamento do registro, mantendo em seu poder os documentos que comprovem o encerramento da atividade.

[....]

A tese da autarquia é de que a parte autora estava incluída no cadastro técnico federal, previsto no art. 17, I, da Lei nº 6938/81, configurando sujeito passivo da Taxa de Controle e Fiscalização. De outro lado, é incontroverso que não houve informação no sistema quanto ao encerramento das atividades.

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que incidiria ao caso a Súmula 7 do STJ (e-STJ fls. 419/421).

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inadequação do aludido fundamento.

Passo a decidir.

"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ).

Feita essa consideração, cabe ressaltar, inicialmente, que o recurso especial tem origem em embargos à execução, julgados procedentes em primeiro grau de jurisdição "para o fim de reconhecer a inexistência do débito de TCFA dos trimestres de 01/2005 a 04/2008" (e-STJ fls. 114/117 e 329/334).

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região negou provimento à apelação. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 349/352):

[...]

2. FUNDAMENTAÇÃO

O débito exequendo diz respeito à TCFA dos trimestres de 01/2005 a 04/2008, inscrito em dívida ativa com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.165/00.

O fato gerador da TCFA, nos termos do art. 17-B da Lei 6.938/81, é o 'exercício regular do poder de polícia conferido ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

Assim, realizada a atividade sujeita à fiscalização, considera-se ocorrido o fato gerador, surgindo daí a obrigação tributária e, desta, o crédito tributário. Presumidamente, aquele que se encontra inscrito no IBAMA exerce as atividades sujeitas a controle. Trata-se, entretanto, de presunção relativa, elidível por prova em sentido contrário, a cargo do sujeito passivo da obrigação. Não basta, pois, para configurar a ocorrência do fato gerador, que esteja a pessoa jurídica registrada no IBAMA. É imprescindível que, efetivamente, exerça a atividade potencialmente poluidora e/ou utilizadora dos recursos naturais.

Não exercendo tais atividades, a pessoa jurídica deve promover junto ao órgão fiscalizador o cancelamento de sua inscrição, com o que, automaticamente, cessa a obrigatoriedade do pagamento da contribuição impugnada. Todavia, ainda quando a pessoa jurídica deixa de comunicar ao IBAMA a data do efetivo início das atividades e/ou do encerramento/cessação destas, não será devida a contribuição se não forem exercidas, visto que 'o fato gerador é o mero exercício desta atividade.' (TRF4, AMS 2005.71.00.007696-1, Primeira Turma, Relatora Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 27/03/2007).

Nesse sentido:

[...]

No caso, a embargante EUROMADE COMERCIAL EXPORTADORA LTDA. juntou aos autos cópia do seu contrato social, datado de 30/06/2004, no qual consta como objeto social o ramo de comercial exportadora, com início de atividades em 01/08/2004 (ev. 1, doc. 3, p. 1).

E, de acordo com a 1ª alteração contratual (ev. 1, doc. 4), realizada apenas em 08/11/2011, a embargante alterou seu objeto social para o ramo de transportes de combustíveis e representação comercial de combustíveis; assim como seu endereço comercial e também a sua denominação para EURO TRANSPORTES E REPRESENTAÇÃO LTDA.

A embargante juntou aos autos, ainda, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica relativas aos anos de 2004, 2005 e 2007, nas quais consta não ter havido operações com exterior; bem como declarações de inatividade relativas aos anos de 2008 a 2012 (ev. 1, docs. 6 e 7).

Como bem ressaltou a embargante em sua réplica, o simples fato de ser comercial exportadora, não há se falar também que é exportadora de quaisquer atividades potencialmente poluentes (ev. 35, doc. 1, p. 5). No caso, o embargado não trouxe aos autos cópia do processo administrativo ou qualquer outro documento hábil a comprovar o enquadramento da atividade da embargante no item 18 do Anexo VIII da Lei n. 6.938/81 (Transportes, Terminais, Depósitos e Comércio - transporte de cargas perigosas, transporte por dutos; marinas, portos e aeroportos; terminais de minério, petróleo e derivados e produtos químicos; depósitos de produtos químicos e produtos perigosos; comércio de combustíveis, derivados de petróleo e produtos químicos e produtos perigosos), nem em qualquer outro item da referida legislação, no interregno anterior à alteração de seu objeto social.

Dessa forma, apesar de a embargante não ter informado ao IBAMA acerca da

alegada inexistência de efetiva atividade, não há prova do desempenho pela embargante de tais atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos naturais, fundada em argumentos plenamente verossímeis, não reputados inverídicos pela autarquia (que se resume a afirmar o cabimento da cobrança por não ter a embargante procedido ao cancelamento/alteração de seu registro perante o órgão embargado).

Assim, diante da inocorrência do fato gerador da exação (anos 2005 a 2008), revela-se indevida sua cobrança. Nesse sentido:

[....]

Destarte, o pleito inicial merece prosperar.

Prejudicadas as demais discussões.

3. **DISPOSITIVO** Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido feito nos embargos à execução fiscal, para o fim de reconhecer a inexigibilidade do débito de TCFA dos trimestres de 01/2005 a 04/2008, nos termos da fundamentação, extinguindo o processo com fulcro no art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Por conseguinte, julgo extinta a execução fiscal nº 5001831-16.2010.404.7205.

Condeno o embargado ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em R\$ 1.000,00 (mil reais), sobre os quais incidirá unicamente o índice da caderneta de poupança a partir da data desta sentença.

Sem custas (art. 7º da Lei nº 9.289/96).

Sentença não sujeita a reexame necessário (art. 475, § 2º, do CPC).

Eventual recurso interposto será recebido no duplo efeito (art. 520, caput, CPC), valendo o presente como recebimento do mesmo em caso de preenchimento dos pressupostos de admissibilidade. Preenchidos estes, dê-se vista à parte contrária para apresentação de contrarrazões, para posterior remessa ao TRF4.

Confirmada a sentença e preclusas as vias recursais, traslade-se cópia para a execução fiscal, procedendo-se ao levantamento da penhora e arquivando-a em seguida, assim como os presentes autos.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se (evento 37 - SENT1).

Assim, deve ser mantida a sentença, por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, voto no sentido de negar provimento à apelação.

Pois bem.

O recurso especial não merece prosperar.

Quanto à apontada omissão do acórdão em se pronunciar sobre os arts. 17, II, e 17-C, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, que determinam ao administrado o dever de "manter seu cadastro atualizado junto ao IBAMA, informando as atividades exercidas" (e-STJ fls. 394), o recurso não merece ser acolhido.

Sobre o tema, a Corte de origem consignou que, "ainda quando a pessoa jurídica deixa de comunicar ao IBAMA a data do efetivo início das atividades e/ou do encerramento/cessação destas, não será devida a contribuição se não forem exercidas, visto que 'o fato gerador é o mero exercício desta atividade', acrescentando que, "apesar de a embargante não ter informado ao IBAMA acerca da alegada inexistência de efetiva atividade, não há prova do desempenho pela embargante de tais atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos naturais"(e-STJ fl. 351).

Assim, não se pode dizer que o acórdão tenha sido omissor. Em

verdade, externou fundamentação adequada e suficiente à conclusão da questão, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou contradição na prestação jurisdicional.

No que concerne ao mérito propriamente dito da controvérsia, o recurso da Autarquia também não reúne condições de ser acolhido, pois deixa de impugnar o fundamento do acórdão recorrido de que não há provas do exercício de atividade potencialmente poluidora por parte da empresa contribuinte.

Em suas razões recursais, em resumo, o IBAMA afirma que "a cobrança da TCFA é baseada nos dados informados pela própria empresa, no Cadastro Técnico Federal, sendo inequívoca a responsabilidade da autora por ausência de informação sobre sua inatividade" (e-STJ fl. 396).

Assim, incide ao caso, por analogia, a Súmula 283 do STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.").

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO DOS ARTS. 3º, 113 E 128 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 282/STF. AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA N. 283/STF. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO EM DISPOSITIVO LEGAL APTO A SUSTENTAR A TESE RECURSAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. MULTA DO ART. 1.026 DO CPC. APLICAÇÃO NÃO ADEQUADA NA ESPÉCIE.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo tribunal a quo impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 282 do Supremo Tribunal Federal. III - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

IV - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal. V - O agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.714.321/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA,

PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. FIDEICOMISSO. PENHORA DE BENS DO FIDUCIÁRIO. PROPRIEDADE RESOLÚVEL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Inexiste contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973 quando a Corte local decide fundamentadamente todas as questões postas a seu exame. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com ausência de prestação jurisdicional.

2. O Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação no sentido de que, por analogia, o objeto de alienação fiduciária, pertencente à esfera patrimonial de outrem, não pode ser alvo de penhora no processo de execução fiscal, porquanto o domínio da coisa não pertence ao executado, mas a um terceiro, a quem não se pode atingir. No caso, o fiduciário estará na guarda e propriedade resolúvel quando não ocorra a condição resolutória, manifestação de vontade do fideicomitente (o testador). Precedente.

3. O extinto Tribunal Federal de Recursos editou a Súmula 242, que preceitua: "O bem alienado fiduciariamente não pode ser objeto de penhora nas execuções ajuizadas contra o devedor fiduciário".

4. Por outro lado, a Corte de origem proclamou o entendimento de que, tratando-se de constrição dos direitos do devedor fiduciante, é imprescindível a anuência do credor fiduciário. Tal fundamento não foi impugnado pela recorrente nas razões do apelo especial, o que, por si só, mantém incólume o acórdão combatido. Incide no ponto a Súmula 283 do STF.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.505.398/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018).

De outro lado, vale acrescentar que também não é possível conhecer do recurso especial quando o artigo de lei apontado como violado nas razões do apelo não contém comando normativo capaz de infirmar o fundamento do acórdão atacado, o que atrai a aplicação, por analogia, da Súmula 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia").

Sobre a questão:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. [...] DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF. [...] AUSÊNCIA DE COMBATE A FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DAS SÚMULAS N. 283 E 284/STF [...]

II - A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação do recurso quando os dispositivos apontados como violados não têm comando normativo suficiente para infirmar os fundamentos do aresto recorrido, circunstância que atrai, por analogia, a incidência do entendimento da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal [...]

VIII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.656.968/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 16/06/2017).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE

RELAÇÃO JURÍDICA, NO TOCANTE À EXIGÊNCIA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA DE ICMS, EM OPERAÇÃO INTERESTADUAL DE AQUISIÇÃO DE MERCADORIA, EM OUTRO ESTADO DA FEDERAÇÃO, POR PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONCRETAGEM. HIPÓTESE EM QUE O TRIBUNAL DE ORIGEM CONCLUIU QUE A PARTE AUTORA NÃO PRODUZIU PROVA DE SUAS ALEGAÇÕES. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL, NO QUAL HOVE ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 2º, 3º E 4º DA LEI COMPLEMENTAR 87/96, POR INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO [...]

III. In casu, o fundamento em que se assenta o acórdão do Tribunal de origem - consubstanciado na falta de produção de prova, pela parte autora, da existência de contrato de construção civil ou de prestação de serviço de concretagem em andamento - não restou impugnado, suficientemente, nas razões do Recurso Especial, eis que a parte autora, ora agravante, em vez de indicar eventual contrariedade ao dispositivo de lei federal pertinente ao ônus da prova, optou por indicar, como supostamente contrariados, tão somente as disposições de direito tributário, previstas na Lei Complementar 87/96, que não possuem comando normativo apto para infirmar o aludido fundamento do acórdão recorrido. Nesse contexto, incidem, na espécie, por analogia, as Súmulas 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles") e 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia") [...]

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.225.128/MS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 15/05/2018).

Ainda que fosse possível superar esse óbice processual, a inversão das conclusões a que chegou o acórdão recorrido acerca da matéria demandaria o revolvimento de matéria probatória, providência vedada em sede de recurso especial em razão do disposto na Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. IMPUGNAÇÃO A TODOS OS FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA. FATO GERADOR. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS.

1. "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 - STJ).

2. Não há violação do art. 535 do CPC/1973 quando o órgão judicial, de forma coerente e adequada, externa fundamentação suficiente à conclusão do acórdão recorrido.

3. Conforme enunciado da Súmula 283 do STF, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

4. Alterar a conclusão a que chegou o Tribunal a quo quanto à presença do fato gerador da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - TCFA, em razão de a empresa estar enquadrada em atividade potencialmente poluidora, demandaria o reexame de provas e fatos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 511.321/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 19/04/2018).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA E DECLARATÓRIA. TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TCFA). ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, À LUZ DA PROVA DOS AUTOS, CONCLUIU PELA EXISTÊNCIA DE FATO GERADOR. EXERCÍCIO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS NATURAIS. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara Recurso Especial interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73.

II. O Tribunal de origem negou provimento à Apelação da ora agravante, a fim de manter a sentença que julgara improcedentes pedidos formulados em autos de Ação Anulatória cumulada com Declaratória, no sentido de anular notificação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, e de ver declarada a inexistência de relação jurídica que a obrigue ao pagamento da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiente - TCFA. Consignou que o contribuinte encontrava-se sujeito ao pagamento do tributo, porquanto exerce atividade potencialmente poluidora.

III. O Superior Tribunal de Justiça tem iterativamente assentado que demanda o reexame do conjunto probatório - providência vedada, em Recurso Especial, nos termos da Súmula 7/STJ - rever a conclusão, do Tribunal de origem a respeito da existência ou não do exercício de atividade potencialmente poluidora, pelo contribuinte, ou utilizadora de recursos naturais, a ensejar a fiscalização do IBAMA, e, em consequência, a cobrança da Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental - TCFA. Nesse sentido: STJ, AgInt no AREsp 511.321/PR, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 19/04/2018; AgRg no Ag 999.771/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/10/2008; AgRg no REsp 1.241.832/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/09/2011; AgRg no AREsp 43.332/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/10/2011; AgRg no AREsp 605.160/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/12/2014; AgRg no REsp 1.492.630/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/02/2015; AgRg no AREsp 710.266/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/09/2015; AgRg no REsp 1.462.735/SC, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/03/2016.

IV. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1.566.972/SC, Rel. Ministra ASSUSETTE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018).

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a" e "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

